

HABEAS CORPUS Nº 494.259 - DF (2019/0048163-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RENZO BONIFACIO RODRIGUES FILHO
ADVOGADO : RENZO BONIFACIO RODRIGUES FILHO - DF054206
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : FELIPE ALVES RODRIGUES DE CARVALHO (PRESO)

DECISÃO

FELIPE ALVES RODRIGUES DE CARVALHO alega sofrer coação ilegal diante de acórdão proferido no HC n. 0700926-07.2019.8.07.0000.

Requer, liminarmente e no mérito, a **revogação da prisão preventiva ou sua substituição por cautelares diversas**, por reputar inidôneos os motivos indicados pelo Juízo de primeiro grau para justificar a custódia provisória do acusado, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

O pedido não comporta acolhimento.

Em análise perfunctória – inerente à esta fase processual –, observo que o Juiz de primeiro grau, ao decretar a custódia preventiva do paciente, consignou que "**as cópias de ocorrências diversas que instruem a representação, todas envolvendo o aqui representado**, corroboram o risco a ordem pública que sua liberdade causa. **Em uma delas, inclusive, o representado chegou a confessar as práticas delituosas**, conforme fl. 8 (ocorrência 10680/2018 – 23ª DP).

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, constituem motivos idôneos para manter a prisão provisória do acusado, diante do risco de **reiteração delitiva**.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, em especial a respeito da eventual prolação de sentença ou concessão de liberdade provisória ao réu, com o envio de cópia do ato decisório respectivo, **via malote digital**.

Recebida a resposta, encaminhem-se ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

